



Editorial

Dossiê Bíblia e Arqueologia

Nos últimos trinta ou quarenta anos, uma grande mudança de perspectiva frente aos textos e à história de Israel, tem sido propiciada pela moderna arqueologia realizada na Palestina. Esta deixou de ser uma “Arqueologia Bíblica”, que inclinava-se a tomar a Bíblia como referencial para interpretar seus achados, para ser uma arqueologia independente, que com apoio de uma gama de ciências envolvidas no processo de interpretação dos achados arqueológicos, tem produzido mudanças radicais na compreensão da história de Israel e do processo que originou a Bíblia.

Já há mais tempo estudos antropológicos e arqueológicos, e também estudos bíblicos, afirmavam não ser perceptível uma ruptura cultural — e, principalmente uma ruptura religiosa — entre Israel e Canaã. Isso implica afirmar que Israel não se formou como povo no Egito, fora de Canaã, como afirma a narrativa bíblica, mas que se formou dentro de Canaã, a partir de pessoas da cultura e da religião cananeias. Pelo menos em sua maior parte.

As pesquisas arqueológicas mais recentes praticamente demonstram não ter existido um “império davídico-salomônico”. E defendem que as grandes construções que a Bíblia atribui a Salomão, em Hasor, Meguido e Gazer (1Rs 9,15) com pedras assentadas e ligadas entre si, foram em realidade obras do rei Acab, da dinastia de Amri. A dinastia de Amri, no entanto, governou Israel, norte, entre 885-845 a.C., cerca de um século após Salomão, que supostamente foi rei entre 970-931 a.C. Os arqueólogos modernos concluíram também que na época de Davi, Jerusalém não passava de um “pequeno vilarejo”, na pobre região montanhosa de Judá.

Aliás, a arqueologia atual aponta que Jerusalém só alcançará importância política e situação sociocultural semelhante à Samaria, na época de Ezequias (716-687 a.C.), quando a Assíria destruiu a capital e outras

idades importantes do reino do norte, e também devastou 46 pequenas cidades de Judá, situadas nos arredores de Jerusalém. Ezequias, para acolher os fugitivos das áreas atacadas, aumentou o tamanho da cidade de Jerusalém, que “passou de cinco hectares (em grande parte ocupados por templo e palácio) para sessenta hectares, e a população provável passou de 1.000 para 15.000 habitantes, no espaço de uma geração”¹ (entre os anos 722-700 a.C.). Toda a tribo de Judá nos tempos de Davi teria em torno de 8 a 10.000 habitantes. Chegou a ter 40.000 habitantes nos tempos de Ezequias, com a integração dos fugitivos. A grandeza e a importância política e econômica de Judá se consolidarão com Manassés, que entre 687-642 a.C. governou Judá em aliança e submissão à Assíria. Nesse período Judá é integrada às grandes rotas comerciais da Arábia e de todo o império assírio. Com isto, pela primeira vez, Judá se torna um grande estado.

Assim, praticamente não há mais argumentos acadêmicos, arqueológicos e históricos, em apoio à existência do império Davídico-Salomônico. Jerusalém, com pouco mais de 1.000 habitantes contrasta muito fortemente com a descrição bíblica, que fala em 1.000 mulheres somente no harém de Salomão (1Rs 11,3). Com tão poucos habitantes também não pode ser aceita como capital de um território que ia desde o rio Eufrates, na Assíria o até o rio Nilo, no Egito (1Rs 5,1 ou 4,21), que somente de tributos recebia anualmente 666 talentos — o equivalente a 23.300 quilos! — de ouro, sem contar a prata (1Rs 10,14-15.23-25.27) e outros tributos agropecuários (1Rs 5,2-8 ou 4,23-28). Com dimensões e população tão pequena, Jerusalém não poderia nem mesmo ser a capital do território que ia de Dã até a Bersabeia, limite norte e limite sul, respectivamente, do território atribuído pela Bíblia às doze tribos. A inexistência de qualquer resquício de prova do império salomônico, como o fato de não existir, fora da Bíblia, qualquer prova da existência de Salomão, inclusive faz alguns arqueólogos mais céticos considerarem Salomão um mito.

A provável não existência do reinado Davídico-Salomônico foi um golpe nocauteador na teoria das fontes. Para muitos exegetas tal teoria já

¹ KAEFER, José Ademar. A Bíblia, a arqueología e a história de Israel e Judá. São Paulo: Paulus, 2015. p. 94.

estava em descrédito por dificuldades causadas pelas muitas camadas e subcamadas que se haviam encontrado dentro de cada uma das quatro fontes. A subdivisão das fontes em muitos estratos tornava a teoria praticamente inútil como ferramenta para localizar a origem e a datação dos textos do Pentateuco e dos Livros históricos. E como a teoria apoiava-se na crença de que o pontapé inicial da escrita da Bíblia, o Documento Javista, teria sido elaborado pelos escribas, sacerdotes e teólogos das cortes de Davi e Salomão, num processo vinculado à consolidação de seu grande império, a teoria ruiu junto com a comprovação de que tal império é uma construção teológica-política do tempo dos reis Ezequias e Josias, e que nunca foi uma realidade histórica.

Paralelamente, dentro dos estudos críticos e da revisão arqueológica, cresceu a leitura feminista da Bíblia. Esta, de início buscou evidenciar a presença e o protagonismo das mulheres na história de Israel e na Bíblia. Mas, em seguida passou a resgatar a presença e a importância do culto às Deusas em Judá e Israel e, desta forma, também provocou uma reinterpretação das imagens e dos objetos de culto encontrados nas pesquisas arqueológicas. Em suas pesquisas, as mulheres deixaram muito claro que, em todo o período anterior ao exílio, Israel e Judá cultuavam a uma grande diversidade de Deuses e Deusas, com a mediação de mulheres, com muitas imagens e símbolos materiais, em uma grande variedade de locais sagrados e rituais distintos. Com isso a hipótese documentária enfraquece mais ainda. Pois sendo Javé e Elohim igualmente cultuados entre outras divindades, tanto no norte como no sul, não podem servir de referencial para diferenciar escritos de Israel de escritos de Judá, conforme propunha a hipótese documentária.

Somam-se a isto os estudos epigráficos sobre o desenvolvimento da escrita e seu uso para além das atas palacianas e das genealogias sacerdotais, como forma de comunicação e propaganda em atividades cotidianas. As conclusões destes estudos indicam o Israel norte como o berço das escrituras num processo iniciado somente a partir do final do oitavo século.

Mesmo a hipótese documentária, apoiava-se em um discurso linear tradicional sobre a história de Israel (época dos patriarcas, êxodo, conquista ou infiltração pacífica na terra prometida, tribalismo, monarquia unida,

monarquia dividida, etc.). Que não se afastava muito do que nos é apresentado na narrativa bíblica. Essa concepção da história também foi em grande parte assumida pelas chamadas Leitura Sociológica e Leitura Popular da Bíblia. Sendo que estas diferenciavam-se das outras leituras não tanto no encadeamento dos períodos, mas por exaltar o protagonismo dos pobres e oprimidos, dos camponeses, dos escravos, das mulheres nestes diferentes períodos, e por relacionar as origens de Israel a eventos revolucionários protagonizados por aquelas categorias sociais.

Essas visões também há muito vêm sendo criticadas por sua compreensão altamente idealista, e muitas vezes até ingênua, dos “pobres”, do tribalismo, do papel de Javé e da religião nesse processo. Novamente aqui, também, a exegese feminista nos ajudou a perceber que parte desse idealismo escondia e legitimava estruturas e práticas patriarcais que existiam no mundo bíblico.

As pesquisas arqueológicas atualmente buscam esclarecer a situação de Judá-Israel no período do exílio e do pós-exílio. Especialmente sua capacidade de produzir sínteses escritas e textos que integrariam a Bíblia. Se no início desta nova forma de fazer arqueologia muitos pesquisadores afirmavam que quase toda a Bíblia teria sido produzida no período pós-exílico, para muitos, hoje, grande parte da redação dos textos bíblicos são frutos do período Hasmoneu.

Isso tudo impacta grandemente todo o campo dos estudos bíblicos. De forma especial impacta a concepção da História de Israel, da escrita e do caráter da Bíblia e de sua interpretação.

Hoje é patente o desafio e a necessidade de recriar uma nova narrativa histórica coerente com os estudos críticos da Bíblia, com as contribuições da exegese feminista e especialmente com a nova arqueologia. Urgente também é a revisão da compreensão dos processos que deram origem aos livros da Bíblia e de suas histórias da redação, para que consigamos interpretá-los de modo adequado aos contextos que os originaram, iluminando de modo mais profundo as práticas e as espiritualidades nos contextos atuais.

Atualmente se impõe cada vez mais a perspectiva de uma leitura descolonizada e descolonizadora da Bíblia. Isso se dá pela percepção de que

a Bíblia e grande parte da história de Israel e também do cristianismo, desenvolveram-se como parte de interesses e projetos de dominação imperialista. As marcas desse processo estão presentes em muitos textos intolerantes e violentos da Bíblia e em perspectivas exclusivistas e desrespeitadoras dos direitos humanos de diversas correntes do judaísmo e do cristianismo da atualidade.

Felizmente a pesquisa bíblica brasileira vem acordando para estes aspectos e desafios e, embora com todas as dificuldades e falta de recursos que marcam muitos campos de pesquisa e ensino em nosso país, tem de modo crescente procurado colocar-se a par dos trabalhos realizados no exterior. Este Dossiê da *Revista Pistis & Praxis* - v.12, n.2, (2020): Bíblia e Arqueologia, composto de 10 artigos de pesquisadores (as) brasileiros (as) e estrangeiros, quer ser mais uma contribuição nestas buscas.

Em “*Um Edito*” imperial e três ensaios de reconstruir a *Yehud Persa*, Antonio Carlos Frizzo, demonstra que a utilização das novas tecnologias — biomedicina, estratigrafia, geologia, fotografia — aplicadas à arqueologia acenam para resultados mais precisos no quadro da cronologia da Palestina. O artigo busca compreender o entusiasmo da comunidade exilada em seu projeto de volta a Sião, considerando o “edito de Ciro”, exposto em três narrativas bíblicas na pauperizada e insignificante — aos olhos dos reis aquemênidas — Jerusalém.

Willian M. Schniedewind traz uma instigante contribuição com *Learning to be a Biblical Scribe: Examples from the Letter Writing Genre* (Aprendendo a ser um escriba bíblico: exemplos do gênero literário carta). O artigo ilustra como a educação dos escribas moldou e influenciou a literatura bíblica. Ele discute como o currículo educacional pode ser reconstruído a partir de inscrições em hebraico e exemplos comparativos na literatura cuneiforme. O currículo educacional hebraico foi adaptado dos modelos cuneiformes no século XII AEC. Esses modelos eram conhecidos em Canaã e depois usados pelos primeiros escribas alfabéticos. O melhor repositório da antiga prática dos escribas hebreus vem da fortaleza desértica de Kuntillet ‘Ajrud, onde são conhecidas todas as categorias da educação básica dos escribas. Talvez o mais importante deles tenha sido a escrita de cartas, que era uma parte essencial dos deveres diários de um escriba. Por isso, não é de surpreender

que a escrita de cartas também tenha sido um dos fundamentos da educação dos escribas, e foi adaptada e usada para escrever literatura bíblica de maneiras ao mesmo tempo cotidianas e profundas. Incluindo inclusive a estruturação da narrativa bíblica e o gênero da escrita profética.

Observaciones metodológicas acerca de la arqueología bíblica y la interpretación bíblica, de Aquiles Ernesto Martínez, faz observações gerais sobre o método da arqueologia bíblica em diálogo com a maneira como se interpreta as Sagradas Escrituras. Procura-se pensar a respeito de algumas similitudes cognitivas entre ambas as disciplinas, num esforço para compreender melhor os significados de seus respectivos referenciais históricos.

De Luiz José Dietrich temos *Davi: um homem conforme o coração de Javé?*, em que apresenta uma proposta de datação da vida e da chefatura de Davi, a partir da chamada “baixa cronologia”, e também uma descrição da vida de Davi, a partir das novas proposições da arqueologia e dos estudos críticos da Bíblia. Correlaciona possíveis camadas pré deuteronômicas dos livros históricos, escavadas dos textos bíblicos, tratados como tel de textos, com descobertas arqueológicas referentes às montanhas centrais da Palestina e de seus entornos. Em seu caminho ao poder, Davi torna-se vassalo dos filisteus e avança em meio a muitas mortes. Isso coloca sua ascensão sob muitas suspeitas. O texto tem como pano de fundo o dito de que Davi era um “homem conforme o coração de Javé”.

Amós: narrativa, memória, cotidiano e profecia! (Anotações exegéticas e arqueológicas em Amós 1-2) de Suely Xavier dos Santos, aborda Amós 1-2 na perspectiva exegética e algumas anotações a partir da arqueologia. Faz-se uma leitura atenta aos aspectos exegéticos e arqueológicos, que podem ser lidos e relidos no texto em questão para uma compreensão do cotidiano. Assim, o artigo apresenta uma leitura de Amós, a partir do conhecido ciclo para os povos e o que isso representa para o povo pobre camponês no período do século 8º. a.C. em Israel Norte, em um momento de retomada de expansão territorial e prosperidade econômica.

Cecília Toseli contribui com *O exílio de Samaria* apresentando o tema do Exílio de Samaria a partir de fontes textuais bíblicas e assírias, considerando o contexto histórico-cultural do sistema provincial assírio no

séc. VIII aEC. A hipótese heurística é que norte-israelitas participaram ativamente no processo de negociação de sentidos, seja do novo conceito de “Israel”, seja na configuração de certo imaginário antissamaritano.

Em *Análise do manuscrito pré-samaritano 4QPaleoExodm e sua relação com o manuscrito do Pentateuco Samaritano MS Add-1846*, Elcio Valmiro Sales de Mendonça, demonstra que os israelitas samaritanos desenvolveram uma tradição textual do pentateuco distinta da tradição judaica, isto tem levado a muitos questionamentos a respeito de qual tradição é mais antiga e sobre qual teria promovido adições ou omissões ao texto estabelecido como sagrado. Esta pesquisa teve por objetivo analisar o manuscrito pré-samaritano ou proto-samaritano catalogado como 4QPaleoExodm em relação ao manuscrito medieval MS Add-1846. A hipótese é que o manuscrito 4QPaleoExodm pode representar, de fato, uma tradição samaritana do Pentateuco já no segundo século AEC. As evidências mostraram que 4QPaleoExodm possui, basicamente, o mesmo tipo textual do manuscrito medieval do Pentateuco Samaritano, o MS Add-1846.

Silas Klein Cardoso escreveu *The Goddesses and Gods of Saul* (As deusas e deuses de Saul). Estudos recentes consideraram impossível a tarefa de identificar as deidades cultuadas na região montanhosa central de Canã no final do Ferro I. A opinião se fundamenta principalmente na dificuldade de transpor as múltiplas ideologias e camadas literárias dos textos bíblicos que retratam a região no período. O artigo, partindo do quadro conceitual intitulado “redes mágico-míticas”, procura superar tais obstáculos integrando dados da cultura visual local aos estudos textuais e arqueológicos anteriores. Utilizando a organização social e os dados de múltiplas fontes, propõem-se dois níveis de deidades que provavelmente fizeram parte da experiência religiosa dos habitantes, tal qual sua possível identificação.

Yehud no período persa, de Luiz Alexandre Solano Rossi, a partir do diálogo com historiadores de Israel e Palestina, historiadores sociais, arqueólogos, exegetas e biblistas, demonstra que do ponto de vista geográfico e demográfico Yehud era uma província pequena e sua economia poderia ser considerada de subsistência rural. O período persa foi marcado por conflitos internos e externos que aumentava a miséria da grande maioria dos habitantes da província. No entanto, o caos social atingia de forma

diferente o povo, dividindo a população entre aqueles que viviam na miséria e aqueles que integravam a elite urbana. O artigo pretende descrever o contexto social e político de Yehud a fim de reconstruir o cenário socioeconômico da província.

Quando Judá se torna Israel, de José Ademar Kaefer, parte do pressuposto de que Judá não foi desde sempre Israel. Os dois reinos surgiram separados um do outro e somente quando, o que convencionamos chamar de Israel Norte (Bit-Humri), chegou ao seu ocaso, é que Judá passou a ser Israel. Essa fusão cultural e histórica foi um processo contínuo, mas teve três momentos importantes: com as migrações/fugas de israelitas para Judá, após a derrocada de 732 a.C. e 722/720; com a reforma do rei Josias, quando surge a ideologia do Pan Israel; e na convivência entre os deportados israelitas e judaítas no exílio assírio. No período persa, Judá já será referência para território e Israel para povo. No período persa-tardio surge o conflito entre a Jehud Parvak e a Shamrayn Medinta sobre quem é o verdadeiro Israel, conflito que se acirra com a dinastia hasmoneia. Por isso, é incorreto o uso do conceito Reino do Norte e Reino do Sul para se referir a Israel e Judá.

No fluxo contínuo temos 5 artigos de investigação bíblica que tornam o atual número da *Pístis & Práxis* totalmente dedicado às Sagradas Escrituras:

Os diversos grupos matrizes formadores do povo de Israel”, de Andréa Bernardes de Tassis Ribeiro e Valmor da Silva, apresenta a discussão sobre as teorias e modelos para a formação do povo de Israel. Começa pelas hipóteses sobre o modo como e o lugar onde se formou Israel. Passa para as opiniões sobre o tempo quando se formou Israel, e se concentra na apresentação da teoria sobre os quatro principais grupamentos que contribuíram para a formação de Israel, a saber, patriarcal (nômade pastoril), êxodo do Egito (seminômade pastoril), monte Sinai (nômade pastoril) e protoisraelitas de Canaã (sedentários e seminômade). A hipótese dominante para toda essa discussão é a variedade de suposições. Multifacetada é a palavra que qualifica a formação do povo de Israel. As diversas hipóteses buscam explicar o texto bíblico, com apoio dos documentos do Antigo Oriente Médio e das descobertas arqueológicas da região.

Mathias Grenzer e Hugo Chagas Feitosa, contribuem com *Texto e configuração poética da bênção em Nm 6,24-26 e nos rolinhos de prata de Ketef*

Hinnom. Para os autores, o livro de Números apresenta a seus ouvintes-leitores um pequeno poema que transmite a fórmula de bênção a ser usada por Aarão e por seus filhos no momento de abençoarem os filhos de Israel (Nm 6,24-26). Num primeiro momento investigam a configuração poética desse texto bíblico, depois, se dedicam ao texto da bênção que figura em dois rolinhos de prata encontrados em 1979 no sítio arqueológico de Ketef Hinnom, catalogados como KH1 e KH2, e cuja origem se situa, provavelmente, entre a segunda metade do século VII e o início do século V a.C.

A preferência de Yahweh foi pelos detentores do poder (Esd 9-10) ou pelos humilhados (Rute)?: uma glosa que quis mudar tudo (Rt 4,17d-22), de Joel Antônio Ferreira, demonstra que nas poucas vezes em que apareceu o “*‘am ha’aretz*” (povo da terra) em Esdras, houve uma autodenúncia dos elaboradores da redação final: eles desprezaram os estrangeiros, as mulheres e seus filhinhos. Os israelitas/hebreus que não foram exilados, por quase cem anos, conviveram com estrangeiros e tiveram abertura de gênero para os povos dos arredores. Com o apoio financeiro e político da Pérsia (Esd 7,18-25), os repatriados (*Golah*) deram o “golpe” no *‘am ha’aretz*. Chegaram com o projeto de reconstruir o Templo, de redefinir a religião baseada na “pureza” e reelaborar as diretrizes para o novo povo, agora chamado de povo “judeu”. O/a leitor/a atento, hoje, tem lido esses vários textos com “suspeição” e, nessa “desconfiança” tem procurado a “voz” dos silenciados, a “vez” dos desaparecidos do sistema e o “espaço” conseguido pelos pobres e marginalizados. O livro de Rute será lido em total contraposição a Esdras (Esd 9-10).

Gn 2,4b-3,24; 4,1-16 e 6,5-9,17 como “eixo estrutural” de Gênesis 1-11* de Osvaldo Luiz Ribeiro, oferece um exercício de interpretação histórico-social do mito de Adão e Eva, da história de Caim e Abel e da narrativa sacerdotal do dilúvio, isoladamente e em sua relação estrutural com Gênesis 1-11. O objetivo do artigo é propor que Gn 2,4b-3,24; 4,1-16 e 6,5-9,17* constituam o eixo estrutural em torno do qual se organiza Gênesis 1-11. Metodologicamente, aplicou-se análise retórica às narrativas avaliadas. Conclui-se que, em algum momento, as narrativas foram utilizadas em contexto de polêmica e conflito entre a comunidade campesina e a *golah* sacerdotal, funcionando como

plataforma teológica para a instalação do sacrifício sacerdotal expiatório substitutivo em Jerusalém.

Gilvan Leite de Araújo em *Revisitando o prólogo joanino* apresenta o início de uma proposta de pesquisa, na qual relaciona o primeiro com décimo oitavo capítulo, demonstrando que no Quarto Evangelho o autor relaciona a figura de Jesus como as de João Batista e Pedro.

Boa leitura!

LUIZ ALEXANDRE SOLANO ROSSI

LUIZ JOSÉ DIETRICH

WALDIR SOUZA